

RELATÓRIO DE VEICULAÇÃO - SETEMBRO 2015

DEPUTADO FEDERAL - César Hanna Halum

02 de setembro

A Comissão de Cultura aprovou, na última quarta-feira, o Projeto de Lei 8026/14, de nossa autoria, que obriga os organizadores de shows e apresentações públicas a iniciar os espetáculos no horário divulgado. Pelo projeto, em caso de atraso, a organização pagará multa equivalente a 10% do total bruto arrecadado com o espetáculo. O relator foi o deputado Sérgio Reis (PRB-SP).

04 de setembro

Por sugestão do deputado Celso Russomanno e com o nosso apoio, a Comissão de Defesa do Consumidor debaterá as consequências da decisão tomada pela Caixa Econômica Federal de interromper os contratos de permissão de parte das lotéricas do país. A informação de que seriam fechadas mais de seis mil lotéricas causará prejuízos a milhões de usuários dos serviços.

09 de setembro

Apresentamos o Projeto de Lei 2238/2015 que obriga o revendedor de gás de cozinha a dispor de balança para aferição, pelo consumidor, do peso do recipiente transportável. Segundo ele, o objetivo da proposta é intensificar a fiscalização para evitar fraudes.

12 de setembro

Em pronunciamento na Câmara Federal, César Halum argumentou que os jogos têm potencial para arrecadar cerca de R\$ 15 bilhões por ano. “Em vez de querer recriar a CPMF [Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira], que tem o repúdio total da população brasileira; em vez de taxar, ou aumentar a alíquota do imposto de renda de pessoa física, como está sendo proposto, nós poderíamos, num passo simples, solucionar dois problemas. Arrecadar dinheiro e criar o marco regulatório do jogo no Brasil”, defendeu o deputado.

17 de setembro

Em entrevista reafirmei minha posição quanto à divulgação das medias de ajustes feitas pelos ministros da Fazenda e Planejamento. Acredito que o Governo quer fazer o equilíbrio baseado no aumento de receitas, sendo que a ferida maior está nas despesas. Dessa forma não tem como dialogar.

24 de setembro

Por meio de nosso requerimento, a Comissão de Defesa do Consumidor realizou duas audiências públicas para discutir o impacto para os consumidores da proibição ou regulamentação do aplicativo Uber no Brasil. Em várias cidades do mundo, o aplicativo é considerado ilegal e é combatido pelos taxistas, que acusam a empresa de concorrência desleal. No Brasil, já houve protestos de taxistas contra o serviço em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Veja na reportagem da TV Halum.